

**Violência nas famílias brasileiras: vulnerabilidade e sofrimento psíquico**

**Violence in Brazilian families: vulnerability and psychological distress**

**Violencia en familias brasileñas: vulnerabilidad y angustia psicológica**

Recebido: 26/01/2020 | Revisado: 14/02/2020 | Aceito: 16/02/2020 | Publicado: 02/03/2020

**Jessica Cerezer Arend**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3999-9432>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: [jessica\\_arend@yahoo.com.br](mailto:jessica_arend@yahoo.com.br)

**Fernanda Pires Jaeger**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7094-7764>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: [nandajaeger@hotmail.com](mailto:nandajaeger@hotmail.com)

**Vanessa Trindade Nogueira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0550-8781>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: [vanessanogueira4050@gmail.com](mailto:vanessanogueira4050@gmail.com)

**Isadora Ribeiro Meine**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4226-4210>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: [meineisadora@gmail.com](mailto:meineisadora@gmail.com)

**Resumo**

Este estudo objetiva verificar as produções científicas realizadas sobre a violência intrafamiliar, quais são as suas maiores ênfases e como são abordadas nesses trabalhos. Assim, foi verificado o número de publicações presentes em BVS Psicologia, entre 2004 e 2018, acerca do tema violência familiar, e suas ramificações, com o intuito de observar a importância que é dada para essa problemática. Ademais, buscou-se analisar qual a compreensão de violência que as publicações apresentavam, procurando identificar quais as repercussões das situações de violência para a família e o papel do psicólogo diante do fenômeno. Para tanto, a abordagem metodológica adotada foi a da revisão sistemática de bibliografias, utilizando-se, também, dos seguintes descritores: “violência intrafamiliar” e “psicologia”. Partindo disso, os achados dessa pesquisa revelaram além da ínfima produção

científica psicológica sobre violência intrafamiliar dentre os anos de 2004 e de 2018, alta correlação de tal categoria de violência para com crianças e adolescentes, evidenciando um cenário familiar em que práticas violentas se encontra bastantes presentes. Assim sendo, concluiu-se tanto grande urgência de repensar as dinâmicas familiares e da parentalidade exercida pelos pais quanto a importância da psicologia nesse cenário.

**Palavras-chave:** Violência intrafamiliar; Psicologia; Vulnerabilidade; Crianças e adolescentes.

### **Abstract**

This study aims to verify the scientific productions made about intrafamily violence, what are its major emphases and how they are approached in these works. Thus, it was verified the number of publications in BVS Psicologia present, between 2004 and 2018, about the theme family violence, and its ramifications, in order to observe the importance that is given to this problem. In addition, we sought to analyze the understanding of violence that the publications presented, seeking to identify the repercussions of situations of violence for the family and the role of the psychologist in the face of the phenomenon. Therefore, the methodological approach adopted was the systematic review of bibliographies, also using the following descriptors: “intrafamily violence” and “psychology”. From this, the findings of this research revealed beyond the tiny psychological scientific production on intrafamily violence between 2004 and 2018, a high correlation of this category of violence with children and adolescents, showing a family scenario in which violent practices are found. Plenty of presents. Thus, the great urgency of rethinking family and parenting dynamics exercised by parents was concluded, as well as the importance of psychology in this scenario.

**Keywords:** Intrafamilial violence; Psychology; Vulnerability; Children and adolescents.

### **Resumen**

Este estudio tiene como objetivo verificar las producciones científicas realizadas sobre la violencia intrafamiliar, cuáles son sus principales énfasis y cómo se abordan en estos trabajos. Así, se verificó el número de publicaciones que BVS Psicologia presenta, entre 2004 y 2018, sobre el tema violencia familiar y sus ramificaciones, a fin de observar la importancia que se le da a este problema. Además, buscamos analizar la comprensión de la violencia que presentaban las publicaciones, buscando identificar las repercusiones de las situaciones de violencia para la familia y el papel del psicólogo frente al fenómeno. Por lo tanto, el enfoque metodológico adoptado fue la revisión sistemática de bibliografías, utilizando también los

siguientes descriptores: "violencia intrafamiliar" y "psicología". A partir de esto, los hallazgos de esta investigación revelaron más allá de la pequeña producción científica psicológica sobre violencia intrafamiliar entre 2004 y 2018, una alta correlación de esta categoría de violencia con niños y adolescentes, que muestra un escenario familiar en el que se encuentran prácticas violentas. Un montón de regalos. Así, se concluyó la gran urgencia de repensar la dinámica familiar y parental ejercida por los padres, así como la importancia de la psicología en este escenario.

**Palabras clave:** Violencia intrafamiliar; Psicología; Vulnerabilidad; Niños y adolescentes.

## 1. Introdução

O fenômeno da violência tem sido cada vez mais evidenciado na atualidade. Com o passar dos anos, é possível observar o aumento dos diferentes tipos de violência que ocorrem no mundo e no Brasil, sendo que se tornou um problema de saúde pública atingindo diversas pessoas, considerando diferentes níveis econômico, social, cultural ou religioso (Brito, Zanetta, Mendonça, Barison & Andrade, 2005).

Conforme o Ministério da Saúde (2013), em 2011, foi registrado 107.530 notificações de violência, sendo que os três Estados que apareceram com maior número de notificações foram Mato Grosso do Sul (221 notificações por 100 mil habitantes), Roraima (108 notificações por 100 mil habitantes) e Rio Grande do Sul (95 notificações por 100 mil habitantes).

Ademais, ainda em 2011, no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, do Ministério da Saúde, foram contabilizados um total de 39.222 casos de violência contra crianças e adolescentes, considerados dentro da faixa de 1 aos 19 anos de idade. Destes, tem-se que 60,3% (23.664) foram contra pessoas do sexo feminino e 39,7 % (15.558) contra as do sexo masculino. Além disso, considerando a mesma faixa etária anteriormente posta, em 2011, constatou-se que 40,5% (21.279) dos atendimentos realizados no SUS diziam respeito à violência física, 19,9% (10.425) à sexual, 17,0% (8.948) à psicológica/moral, 15,8% (8.275) ao abandono/negligência, 1,9% (992) à tortura e 4,9% (2.596) a outros tipos de violência (Ministério dos Direitos Humanos, 2018).

Diante deste cenário, muitas famílias têm sido intensamente atingidas e fragilizadas por estas situações que trazem consequências devastadoras para as mesmas. A violência intrafamiliar configura-se como uma forma de violência que implica em um processo bastante complexo se o compreendermos sob o ponto de vista histórico, social e psicológico dos

indivíduos e suas famílias. Também se faz necessário entender como ocorrem as interações e os relacionamentos interpessoais neste contexto, bem como entender que a violência não é um fenômeno natural, e sim construído e transmitido às novas gerações. Seguindo essa ideia, se a violência intrafamiliar é construída tanto histórica, quanto psicológica e socialmente, não há como apontar apenas uma única causa para ela, tornando-se necessária uma visão mais abrangente, em que sejam observadas as relações intrafamiliares, o ambiente em que ocorrem esses fenômenos e as implicações econômicas que a ela dizem respeito (Ferrari & Vecina, 2002).

Tendo em vista o índice de violência no contexto brasileiro, e as consequências que isso pode causar no âmbito familiar, tornam-se significativos o levantamento e a visualização de quais as formas concretas e mais recorrentes de violência intrafamiliar. Objetivou-se com esta pesquisa, mapear a produção científica contemporânea sobre as formas de violência mais recorrente nas famílias brasileiras, e nestas produções estudar quais as repercussões que estas situações de violência trazem para a família, bem como identificar qual a compreensão de violência que estes estudos trazem, e para finalizar, buscou-se uma compreensão de como a psicologia pode colaborar para o enfrentamento e superação deste fenômeno.

Do ponto de vista acadêmico, não existe um modelo padrão de organização familiar, já do ponto de vista das representações sociais, que circulam no imaginário social, parece existir apenas esse modelo ideal de família. Se a família é pensada como núcleo de convivência harmoniosa entre pais e filhos, espaço de afeto e proteção como, é importante se pensar como se articulam tais representações de família com a ideia de violência doméstica (Diniz, Santos, & Lopes, 2007).

Presente no cotidiano, divulgada pela mídia, fonte de preocupação de adultos, jovens e crianças, a violência tem desafiado o esforço de pesquisadores, que tentam enquadrá-la em um conceito fechado e acabado. A violência configura-se como causadora de preocupação constante a um grande número de pessoas, de todas as gerações, pois já se tornou comum se manifestar de forma geral, atingindo a vida privada e a vida pública, da maneira mais visível a maneira mais oculta. Ao considerar o contexto da violência no Brasil, visualiza-se que ela está presente como uma das principais causas de morbi-mortalidade, deixando de ser considerado um problema exclusivo da área social e jurídica, passando a ser também incluída no âmbito da saúde pública (Brito et al., 2005). O Manual do Ministério da Saúde (2002), tratando sobre notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes, coloca a necessidade de “desnaturalizar” a violência nas famílias, pois embora ela se apresente de forma silenciosa e seja vista como um problema comum resulta na verdade em prejuízos diversos.

Diversos estudos têm mostrado os prejuízos que a violência praticada nos lares pode acarretar na infância, por ser uma fase da vida extremamente importante para o desenvolvimento humano. A violência familiar potencializa o desenvolvimento de problemas de comportamento, manifestações estas que são cada vez mais presentes e visualizadas no cotidiano. Além disso, tal questão comportamental é concebida como socialmente inadequada, prejudicando a interação e a convivência da criança com os pares e com adultos (Pesce, 2009).

As manifestações de violência se apresentam de diversas formas, como retrata Minayo (2001), descrevendo-as da seguinte forma: violência física, caracterizada pelo uso da força física do agressor, para causar dor e sofrimento à vítima. A violência sexual diz respeito à ação na qual uma pessoa, em relação desigual de poder, induz ou força a outra a realizar práticas sexuais. A violência psicológica trata de situações em que se deprecia ou ameaça a vítima; e a negligência, se refere a omissões da família e da sociedade em propiciar as necessidades básicas da pessoa, não proporcionando os cuidados necessários quando em condições de oferecê-los.

Diante disso, esta pesquisa objetiva verificar as produções científicas realizadas sobre a violência intrafamiliar, quais são as suas maiores ênfases e como são abordadas nesses trabalhos. Assim, foi verificado o número de publicações presentes na BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) - Psicologia, entre 2004 e 2018, acerca do tema violência familiar, e suas ramificações, com o intuito de observar a importância que é dada para essa problemática. Ademais, buscou-se analisar qual a compreensão de violência que as publicações apresentavam, procurando identificar quais as repercussões das situações de violência para a família e o papel do psicólogo diante do fenômeno.

## **2. Metodologia**

Este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa sistematizada. De acordo com Conforto, Amaral e Silva (2011), consiste em um método científico para busca e análise de artigos de uma determinada área da ciência. Os autores referem ainda, que adotar uma abordagem sistemática em uma revisão bibliográfica é uma forma de obter melhores níveis de confiabilidade, ou seja, definir uma estratégia e um método para realizar buscas e analisar os resultados encontrados, através da repetição, por meio de ciclos contínuos até que os objetivos sejam alcançados. As revisões sistemáticas permitem agrupar resultados relevantes, ao invés de limitar as conclusões à leitura de somente alguns artigos (Sampaio & Mancini, 2007).

As publicações foram buscadas na base de dados BVS Psicologia, através de periódicos científicos nacionais. Para a consulta nessa base de dados utilizou-se o descritor “violência intrafamiliar” e “psicologia”. Como critério de inclusão, utilizou-se todos os artigos que foram escritos entre os anos de 2004 a 2018, publicados em revistas científicas indexadas nacionais e que estivessem relacionados aos descritores pesquisados. Tomaram-se como critérios de exclusão, pesquisas realizadas em outros países, sendo que o objetivo do presente trabalho era o de avaliar a produção científica nacional e que não estivessem no período determinado.

Após aplicação de critérios de exclusão e inclusão, no levantamento realizado, foram encontradas 22 referências de artigos, que foram lidos na íntegra. Os procedimentos de análise de dados foram baseados na Análise de Conteúdo, que conforme Bardin (1977) é um conjunto de técnicas que investiga através da descrição objetiva, sistemática e qualitativa, o conteúdo que é comunicado.

Assim sendo, pelo fato de ser uma revisão sistemática das literaturas referentes à temática, a presente análise teve por objetivo verificar as produções científicas realizadas sobre a violência intrafamiliar, quais são as suas maiores ênfases e como são abordadas nesses trabalhos. Assim, foi verificado o número de publicações presentes BVS Psicologia, entre 2004 e 2018, acerca do tema violência familiar, e suas ramificações, com o intuito de observar a importância que é dada para essa problemática. Ademais, buscou-se analisar qual a compreensão de violência que as publicações apresentavam, procurando identificar quais as repercussões das situações de violência para a família e o papel do psicólogo diante do fenômeno.

Neste sentido, percebeu-se que tratar de violência e família ainda constitui um importante desafio, devido à multiplicidade de situações que estão associadas a este fenômeno. Com isso, surgiram os seguintes questionamentos: de que forma de violência estamos falando? Quem são os membros que estão vivenciando? Quais configurações de família encontramos? Quais os recursos com os quais estas pessoas podem contar? Em que condições culturais e econômicas as pessoas envolvidas se encontram?

### **3. Referencial Teórico**

O estudo realizado acerca da temática violência intrafamiliar evidenciou uma multiplicidade de formas de abordar esta problemática. Neste sentido, serão primeiramente

apresentados os resultados quantitativos relativos ao levantamento realizado com o intuito de caracterizar os artigos pesquisados.

O quadro abaixo apresenta a distribuição relativa ao número de publicações entre os anos de 2004 e 2018 sobre a temática violência intrafamiliar no Brasil. Percebe-se que há maior concentração entre os anos de 2004 e 2010, com 68,18% dos artigos publicados nestes anos, sendo que 2008 comporta 18,18% deles.

Tabela 1: Número de produções sobre violência intrafamiliar entre os anos de 2004 e 2018.

Ano de referência	Incidência	Percentual (%)
2004	1	4.55
2005	2	9.09
2006	2	9,09
2007	2	9.09
2008	4	18.18
2009	2	9,09
2010	2	9.09
2011	1	4.55
2012	1	4.55
2013	1	4.55
2014	1	4.55
2015	-	0
2016	1	4.55
2017	1	4.55
2018	1	4.55
<b>Total</b>	22	100

Evidenciou-se que nos demais anos há um parcial equilíbrio em relação à publicação de artigos sobre a temática. Nesse sentido, vê-se que no período de 2011 a 2014 e de 2016 a 2018, houve a publicação de 7 artigos nas bases de dados pesquisadas, correspondendo a 31,55% do que foi encontrado. Ademais, em 2015, não houve publicações que correspondessem aos critérios de inclusão definidos.

Durante a leitura dos 22 artigos selecionados sobre violência intrafamiliar, pode-se encontrar alguns tipos de violência correlacionados. Dentre elas, destacaram-se as que estão

disponibilizadas na Tabela 2, localizada abaixo. Nela, a fim de facilitar a exposição da frequência em que cada tipo de violência aparece no decorrer dos artigos dispostos na Tabela 3, adotou-se algumas siglas. Para violência contra crianças e/ou adolescentes, CA; para violência contra a mulher, M; para violência psicológica, P; para violência sexual, S; e, finalmente, para violência física, F.

Tabela 2: Siglas dos tipos de violência encontrados nas produções sobre violência intrafamiliar entre os anos de 2004 e 2018.

Tipos de violência	Siglas
Contra crianças e/ou adolescentes	CA
Contra a mulher	M
Psicológica	P
Sexual	S
Física	F

Tabela 3: Frequência dos tipos de violência encontrados nas produções sobre violência intrafamiliar entre os anos de 2004 e 2018.

Ano	Nome da publicação	CA	M	P	S	F
2004	O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações	X	-	X	X	X
2005	O Grupo Multifamiliar como um método de intervenção em situações de abuso sexual infantil	X	-	-	X	-
2005	Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos	X	-	X	X	X
2006	Grupoterapia cognitivo-comportamental para meninas vítimas de abuso sexual: descrição de um modelo de intervenção	X	-	X	X	-
2006	Representações sociais de professores do ensino fundamental sobre violência intrafamiliar	X	X	X	X	X
2007	Concepção de criança na pós-modernidade	X	-	X	X	X
2007	Indicadores de risco e de proteção em famílias fisicamente abusivas	X	-	X	X	X

2008	Histórico de violência intrafamiliar em pacientes psiquiátricos	X	X	X	X	X
2008	O estudo psicossocial forense como subsídio para a decisão judicial na situação de abuso sexual	X	X	-	-	X
2008	Intervenção psicológica em abrigo para mulheres em situação de violência: uma experiência	-	X	X	-	-
2008	Violência doméstica e psicologia hospitalar: possibilidades de atuação diante da mãe que agride	X	-	X	X	X
2009	Violência intrafamiliar: crimes contra a mulher na área metropolitana do Recife	X	X	X	X	X
2009	Hermenêutica gestáltica de uma violência sexual intrafamiliar	X	X	X	X	X
2010	Perspectivas sobre papéis de gênero masculino e feminino: um relato de experiência com mães de meninas vitimizadas	X	X	X	X	X
2010	As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar	X	-	X	X	X
2011	Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas	X	-	-	X	X
2012	Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições	X	-	X	X	X
2013	Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência	X	-	X	X	X
2014	Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays	X	-	X	-	X
2016	Urgências psicológicas no cuidado às mães em casos de abuso sexual intrafamiliar	X	-	X	X	X
2017	Da Proteção ao Risco: Configurações da Violência Intrafamiliar na Juventude Paraense	X	X	X	X	X
2018	Violência doméstica ou violência intrafamiliar: análise dos termos	X	X	X	X	X

Na tabela 3, pode-se notar que, dentre os anos de 2004 e 2018, o tema da violência contra mulher (M) foi o menos abordado nos 22 artigos pontuados. Contudo, vale ressaltar que, em muitos deles, falou-se sobre as questões socioculturais que arquitetam a violência doméstica, ressaltando, também, a violência de gênero, que engloba não só as mulheres, mas também as meninas.

Ademais, nesta mesma tabela, em 7 dos artigos, abordou-se todas as violências salientadas como correlacionadas a intrafamiliar (contra crianças e/ou adolescentes (CA), contra a mulher (M), a psicológica (P), a sexual (S) e a física (F).

Diante dos resultados apresentados na Tabela 3, na Tabela 4, posicionada em seguida, sintetiza-se o número de vezes em que as violências correlacionadas a violência intrafamiliar foram citadas durante os 22 artigos e, correlaciona-se tais achados à porcentagem que cada categoria representa frente ao total de citações.

Tabela 4: Frequência e porcentagem dos tipos de violência encontrados nas produções sobre violência intrafamiliar entre os anos de 2004 e 2018.

Tipos de violência	Siglas	Número (X)	Porcentagem (%)
Contra crianças e/ou adolescentes	CA	21	24,14
Contra a mulher	M	9	10,34
Psicológica	P	19	21,84
Sexual	S	19	21,84
Física	F	19	21,84
Total		87	100

Diante destas informações, evidencia-se que os estudos publicados nestes periódicos estão mais voltados para a problematização do fenômeno da violência intrafamiliar sob o ponto de vista dos efeitos e manifestações deste sobre a criança e adolescente. Neste sentido, pode-se considerar que os descritores violência intrafamiliar e psicologia estejam mais associados à faixa etária da infância de que outras etapas evolutivas.

### 3.1. A violência doméstica e intrafamiliar

A noção de violência presente nestes estudos é bastante abrangente, colocando-a como um problema de saúde pública (Almeida, Miranda, & Lourenco, 2013; Castro & Teodoro,

2014), um problema social (Cesca, 2004; Granjeiro & Costa, 2008; Habigzang, Hatzenberger, Corte, Stroehrer, & Koller, 2006; Porto, 2008; Rosa & Lira, 2012; Santos & Costa, 2004), jurídico (Cesca, 2004; Granjeiro & Costa, 2008; Habigzang et al., 2006; A. Pimentel, 2010; A. do S. G. Pimentel & Araujo, 2009) relacionado a padrões inadequados de interações e comunicação no interior da família (Santos & Costa, 2004).

Nas diversas formas de violências, a intrafamiliar é referida como sendo um fenômeno complexo ou multicausal (Cesca, 2004; Habigzang et al., 2006; A. do S. Pimentel, 2013; A. do S. G. Pimentel & Araujo, 2009) caracterizado como um enigma que aborda o âmbito familiar, em geral, de forma silenciosa (Pimentel & Araujo, 2007). O assunto em questão atinge, na maioria das vezes, de forma hostil todos os membros da família como crianças, adolescentes, mulheres e idosos, acarretando-lhes consequências graves. Complementando esta ideia, trata-se de uma forma de violência que envolve parentes que vivem ou não na mesma residência, mas que tem laços familiares (Pimentel & Araujo, 2007).

Há estudos que retratam que, em um contexto de violência intrafamiliar, há uma forma de silêncio nos lares, que potencializa os agressores, em geral, assim contando eles com a cumplicidade de outros membros da família ou pessoas próximas, para legitimar ou naturalizar os atos violentos. O estudo reforça que a violência que acontece dentro do âmbito familiar, pode ter consequências no que diz respeito ao desenvolvimento emocional dos seus membros (Cesca, 2004). Contraditoriamente, a família deveria funcionar como um local de apoio e sustentação do indivíduo.

Neste sentido é importante distinguir violência intrafamiliar de violência doméstica. A violência doméstica envolve pessoas com as quais não se têm, necessariamente, laços afetivos ou de parentesco. Tal modalidade de violência ocorre entre pessoas que vivem sob o mesmo teto, mesmo que não tenham vínculo de parentesco entre si. Embora no senso comum se pense a violência como sendo algo que ameaça o sujeito no espaço público, na rua, são muito frequentes as ocorrências de violência dentro da família (Diniz, Santos, & Lopes, 2007).

Percebe-se que alguns autores utilizam os conceitos de violência intrafamiliar e doméstica como sinônimos ou de maneira agregada (Almeida, Miranda, & Lourenço, 2013), tendo em vista que, em muitas situações, a violência ocorre no contexto doméstico e entre os membros da família. No entanto, no caso da violência intrafamiliar não há necessidade de habitarem o mesmo lar.

Além do mais, grande parte dos estudos pesquisados sobre violência intrafamiliar na área da Psicologia tratava da violência contra criança e adolescente. Isto revela que há uma forte associação entre estas concepções, embora distintas, na medida em que há a

entendimento que quando há qualquer forma de violência no contexto familiar esta acaba trazendo implicações para o seu desenvolvimento.

Crianças e adolescentes são colocados em situação de vulnerabilidade a violências quando vivem sobre situação de pobreza e de exclusão social; de falta de vínculos afetivos na família e em outros espaços de socialização; de falta de acesso à educação, a saúde, a alimentação, a lazer e a cultura. A esses fatores, pode-se acrescentar ainda a passagem abrupta da infância para a vida adulta; a inserção precoce no mercado de trabalho; o trabalho infantil; a falta de perspectivas de entrada no mercado formal de trabalho; a falta de perspectivas profissionais e projetos para o futuro; o alto índice de reprovação e/ou evasão escolar; a oferta de integração ao consumo de drogas; dentre outros (Ministério dos Direitos Humanos, 2018). Em consonância a isso, Castro e Teodoro (2014) defendem que, dentro do contexto da violência, conflitos conjugais podem trazer prejuízos para o desenvolvimento da criança e adolescente, podendo estar na origem da conduta infracional de jovens.

### **3.2. A violência intrafamiliar e suas repercussões nas famílias**

As repercussões das situações de violência para a família podem ter caráter transitório e/ou duradouro, dependendo dos fatores associados a sua existência e o tratamento que é dado à família e aos seus membros. Conforme Barbosa e Pegoraro (2008), toda a família precisa de orientação e tratamento diante de situações de violência.

As consequências que tal contexto traz para a família abarcam situações como a naturalização da violência (Pimentel & Araujo, 2009), prejuízos na formação do vínculo e privação de amor materno (Almeida & Lourenço, 2013; Cesca, 2004), filhos confusos pelo fato de amarem o agressor (Santos & Costa, 2004), afastamento de familiares, abrigamento, atrasos no desenvolvimento e a formação de transtornos psicológicos relacionados ao humor, ansiedade, alimentação, controle dos esfíncteres, déficit de atenção, estresse pós traumático (Cesca, 2004; Habigzang et al., 2006; Pimentel & Araujo, 2007), transtornos de conduta, comportamento transgressor, drogadição, tabagismo, alcoolismo, automutilação, distúrbios de sono, hipervigilância, baixa autoestima, falta de confiança e isolamento (Barros & Freitas, 2015).

Podem ainda ser verificadas lesões, hematomas e ossos quebrados, tanto recentes quanto antigos, em diversas partes do corpo, ou até em uma região específica. Ademais, em longo prazo, a violência pode acarretar para a vítima danos como isquemias do coração,

doença pulmonar crônica, síndrome do intestino irritável, fibromialgia, cegueira e comprometimento neurológico (Barros & Freitas, 2015).

Há também a associação entre a ausência de família nuclear e a violência familiar como estando na origem do comportamento infrator na adolescência. Além disso, o envolvimento do jovem com intimidação e práticas de *bullying* (Castro & Teodoro, 2014; Williams, 2009).

Ademais, Assis, (2005) faz referência aos tipos mais habituais de violência intrafamiliar tradicionalmente estudados, que vai ao encontro dos achados nesta pesquisa, sendo eles o abuso físico, sexual, psicológico; a negligência e o abandono. Nas violências classificadas como intra e extrafamiliar, é importante identificar os atores que se encontram implicados, sendo que esta pode ser praticada tanto por pais ou responsáveis, como por parentes tais como irmãos, tios, avós, cunhados, primos, entre outros (Faleiros & Faleiros, 2007).

A partir destes estudos identificou-se a existência de relações baseadas na dominação, na exploração e na violência em algumas famílias. Ao se recorrer à história da infância e da família, no contexto global e brasileiro, constata-se que são comuns e inscritas socialmente práticas em que o ambiente do lar se constitui como um território de leis próprias onde se permitem, em algumas situações atos de violência (Del Priori, 2000; Duarte, 2005).

Neste sentido, Faleiros e Faleiros (2007) aprofundam a discussão a respeito do uso do poder na situação de violência. Para eles todo poder implica a existência de uma relação, porém, nem todo poder está associado à violência. Este se torna violento quando se caracteriza como uma relação exacerbada de força de alguém que a exerce visando alcançar objetivos e obter vantagens previamente definidas. A relação violenta, por ser desigual, estrutura-se em um processo de dominação, através do qual o dominador, faz do dominado um objeto para suas vantagens, o que acaba desestruturando a identidade do agredido.

Corroborando com esse cenário, tem-se a mulher em posição de submissão e de dominação em relação ao homem, o que a põe como um membro vulnerável à violência no ambiente familiar (Machado et al., 2014). Assim sendo, vale pontuar que, segundo pesquisa realizada pelo Datafolha e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP (2019), ao longo de 2018, cerca de 16 milhões de brasileiras, com 16 anos ou mais, sofreram algum tipo de violência. Dentre os episódios de maior violência sofridos por elas, 76,4% relataram que conheciam o seu agressor, sendo a categoria namorado/cônjuge/companheiro a mais citada por elas (23,8%).

Ademais, referente ao abuso sexual intrafamiliar, Pereira (2002) e Miller (1994) colocam que o agressor é aquela figura mais presente no cotidiano das crianças, de forma mais cuidadosa e carinhosa, nesse sentido, Pereira (2002), afirma que geralmente o agressor é homem, pai, padrasto ou uma pessoa de confiança. Em nosso estudo são mencionados família, mãe, pai, padrinho, padrasto como pessoas responsáveis pela situação de violência.

Neste sentido Azevedo e Gerra (1994) falam sobre os sentimentos contraditórios quanto ao agressor, tais como raiva, angústia, amor, timidez, e enfatizam que as dificuldades emocionais mais sérias encontradas em tais situações são o sentimento de culpa, depressão, e a autodesvalorização, o que, por vezes, pode levar ao suicídio.

Vale pontuar que, histórica e culturalmente, construiu-se a crença na permissividade do uso da força física parental na educação dos jovens. Tal concepção, além de ser atravessada pela relação de poder e autoritarismo dos pais sobre os filhos, ainda se configura como uma prática disciplinar de cunho punitivo, sendo efetivada por meio de gerações nas famílias (Antoni, Barone, & Koller, 2007).

Em consonância à isso, Jaeger e Strey (2011) defendem que tais práticas punitivas não são um fenômeno novo na sociedade. Entretanto, considerando tanto as mudanças contemporâneas na formatação da família e dos papéis que cada indivíduo pode assumir nela quanto os avanços na compreensão e no estudo das relações familiares, tem-se uma nova percepção acerca das práticas parentais.

Apesar disso, a violência encontra-se fortemente presente em alguns contextos culturais. Assim, vale considerar a crescente desigualdade na distribuição de renda que proporciona a ampliação do abismo entre as classes sociais. Assim, nas categorias oprimidas, a violência, em todas as suas formas, assumiu novas dimensões, abarcando novas formas de criminalidade, o tráfico de drogas e o acesso de armas de fogo por jovens (Jaeger & Strey, 2011).

As situações de violência intrafamiliar, trazem repercussões para as famílias que vivenciam tais condições. Para Reichenheim, Hasselmann e Moraes (1999), as consequências perpassam as esferas física, emocional, social, comportamental e cognitiva, fazendo-se presentes a curto, médio ou longo prazo. Conforme Ferrari e Vecina (2002), sobre a violência praticada contra crianças e adolescentes, o autor coloca que esta prática pode afetar o desenvolvimento físico e emocional, podendo gerar indivíduos com graves dificuldades de vinculação, além de consequências imediatas ou tardias, traduzidas em sintomas como dificuldades escolares, de relacionamento social e distúrbios psicossomáticos.

### **3.3. Violência na família: o papel da Psicologia**

A psicologia traz contribuições importantes no processo de enfrentamento da violência, sendo que estas foram mencionadas nos artigos pesquisados. Dentre elas pode-se ressaltar o diagnóstico e a intervenção precoce e protetiva junto a programas de redução de violência (Almeida, Miranda, & Lourenço 2013; Castro & Teodoro, 2014; A Pimentel, 2010; Rosa & Lira, 2012), a psicoterapia (Porto, 2008) e trabalhos grupais (Habigzang et al., 2006).

Alguns estudos, no entanto, reforçam a importância do trabalho interdisciplinar, principalmente, entre direito e psicologia, pois a temática sobre violência é um fenômeno complexo que envolve tanto questões jurídicas, quanto psicológicas e social, o que torna o trabalho interdisciplinar fundamental para sua maior eficácia (Barbosa & Pegoraro, 2008; Cesca, 2004; Santos & Costa, 2004). Em paralelo, relacionando-se com as áreas da saúde, educação, social, privada, políticas públicas e demais áreas, o psicólogo deve contribuir, também, para a promoção dos Direitos Humanos (Macarini & Miranda, 2018).

Diante disso, em um atendimento multidisciplinar, os profissionais responsáveis precisam sempre considerar que, no abuso perpetrado contra a criança ou adolescente, envolvem-se: a própria vítima, a pessoa (familiar) que praticou o ato, outros membros da família ou comunidade da vítima. Portanto, para elaborar um plano de atuação da equipe que irá intervir, é importante verificar qual forma de abordagem melhor se adapta a cada situação. Ademais, tais profissionais, além de promover a intervenção necessária, devem proporcionar acolhimento, proteção e a prevenção de novos episódios de violências (Waksman & Hirschheimer, 2011).

Outro fator relevante do papel do psicólogo diante destas situações é o trabalho de potencialização para a realização da denúncia, sendo necessário que o profissional também denuncie, seguindo as orientações previstas pela legislação. De acordo com Barbosa & Pegoraro (2008), os profissionais de saúde têm o dever de notificar os casos de violência ou maus tratos, sejam eles suspeitos ou confirmados, a que tiver conhecimento, sendo que podem ser responsabilizados por omissão, caso não o façam.

Assim, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), por ser uma das principais referências para a atuação do psicólogo, esse profissional deve ter conhecimento a respeito da referida legislação e sobre os demais direitos garantidos às mulheres em situação de violência. Ademais, a atuação em psicologia se faz importante na estimulação do protagonismo feminino frente a situação de violência, compreendendo tal fenômeno como multidimensional (Macarini & Miranda, 2018).

Diante disso, cabe ressaltar também, quanto ao trabalho de enfrentamento e superação, que o ciclo de violência dentro da família pode ser rompido pela existência de fatores mediadores, como a rede de apoio social. Alguns fatores de proteção contribuem para que o ciclo de abuso seja interrompido (Ceconello, Antoni, & Koller, 2003). Tal colocação vai ao encontro dos resultados obtidos na presente pesquisa, que aponta as ações protetivas e rede de apoio social e afetiva como um ponto positivo, visto na citação a seguir: “O grupo revelou seu papel significativo na rede de apoio social e afetiva das meninas, representando um espaço seguro para compartilhar experiências e sentimentos, bem como para aprender novas formas de lidar com situações adversas” (Habigzang et al., 2006, p. 178).

Arelado a isso, torna-se importante a existência de trabalhos que incluam, quando possível, o parceiro da relação conjugal, com o objetivo de discutir com homens e mulheres sobre a construção social da identidade de gênero e sua relação com a violência na relação conjugal (Macarini & Miranda, 2018). Portanto, o papel do profissional de psicologia mostra-se fundamental no que tange o contexto da violência intrafamiliar, tanto de forma preventiva, quanto como membro de trabalho interdisciplinar, para maior eficácia no desenvolvimento de potencialidades, na realização de denúncias e na atuação em redes de apoio social.

#### **4. Considerações Finais**

As mudanças sociais e culturais introduzem alterações de valores e atitudes no âmbito familiar. Tanto a família quanto a infância são atingidas por estas, especialmente nos últimos tempos. Diferentemente de outros momentos históricos, na atualidade, existe a doutrina de proteção integral, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como políticas públicas voltadas para proteção de situações de violência que atinjam os seus membros.

Ao estudar o histórico da família observamos que ela não caminha sozinha, como uma entidade totalmente alheia às tendências e necessidades de cada tempo. Ao invés disto, ela se estrutura de maneira a assumir determinadas funções, objetivos educacionais, valores e tratando os seus membros de maneira diferente de acordo com as condições sociais, econômicas, culturais e educacionais vigentes no momento histórico em que se situa.

Assim, a pesquisa bibliográfica realizada, sobre a violência intrafamiliar brasileira, possibilitou maior compreensão sobre como ela vem se evidenciando no contexto familiar. Através do estudo das produções científicas dos últimos anos, constatou-se que a principal forma de violência citada nos artigos pesquisados relativos à violência nas famílias brasileiras

foi a violência contra a criança e adolescente, em suas diferentes manifestações, em suas diversas manifestações.

Os estudos reforçam que se trata de um fenômeno complexo, multifacetado e cuja compreensão e intervenção necessitam de um olhar abrangente e interdisciplinar. Embora se tenha pesquisado em estudos no âmbito da psicologia o assunto abordado não se limita aos fazeres psicológicos, e sim a um trabalho interdisciplinar e integrado com outras profissões envolvidas no cuidado e assistência destas famílias, como o direito, profissões da área da saúde, educação e assistência social, o que traz a efetivação e enriquecimento da atuação profissional. Enfatizando o trabalho do psicólogo no contexto de violência intrafamiliar, destaca-se a realização de avaliação e intervenção precoce, com ações protetivas, e de potencialização, enfrentamento e superação das situações vivenciadas.

Considerando o estudo realizado fica evidente que, independente da forma de violência existente no contexto da família, os efeitos sobre aos seus membros podem ser muito severos e com consequências a curto, médio e longo prazo. A família como um todo é afetada e precisa ser cuidada diante desta vivência. As crianças, porém, parecem ser as pessoas mais vulneráveis a estas situações, mesmo quando não são vítimas diretas de violência. Assim, é primordial que se cuide da família oportunizando espaços de prevenção e tratamento de situações que envolvam violência.

Entretanto, a atual conjuntura sociocultural brasileira não apenas gera, mas também atua como mantenedora do ciclo de violência no interior das famílias, uma vez que naturaliza as práticas parentais violentas e proporciona a cristalização hierárquica entre os papéis de gênero. Em virtude deste contexto, constrói-se imenso tabu em relação a violência intrafamiliar. Assim, uma grande dificuldade encontrada no decorrer deste estudo foi a de encontrar dados estatísticos, em âmbito nacional, que fossem atualizados.

Para tanto, urge a promoção de novos estudos que abarquem esse fenômeno tão complexo que abrange muitas famílias brasileiras. Assim sendo, sugere-se que novos estudos sejam realizados em torno dos tabus que proporcional a ocultação do fenômeno da violência intrafamiliar. Ademais, deve-se proporcionar maiores investigações sobre como a violência entre os conjugues afeta o desenvolvimento global das crianças e adolescentes que residem com seus pais.

Por fim, vale ressaltar que esta pesquisa não tem por finalidade suprir todos os aspectos que circundam a temática da violência intrafamiliar. Assim sendo, visou-se, apenas, verificar as produções científicas realizadas sobre o assunto, quais são as maiores ênfases e como são abordadas nesses trabalhos. Foi verificado também, o número de publicações

presentes BVS Psicologia, entre 2004 e 2018, acerca do tema violência familiar, e suas ramificações, com o intuito de observar a importância que é dada para essa problemática. Ademais, buscou-se analisar qual a compreensão de violência que as publicações apresentavam, procurando identificar quais as repercussões das situações de violência para a família e o papel do psicólogo diante do fenômeno.

## Referências

Almeida, A. A., Miranda, O. B., & Lourenco, L. M. (2013). Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes: uma revisão bibliométrica. *Geraias: Revista Institucional de Psicologia*, 6(2), 298–311.

Antoni, C. De, Barone, L. R., & Koller, S. H. (2007). Indicadores de Risco e de Proteção em Famílias Fisicamente Abusivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2), 125–132.

Assis, S. (2005). A geração da violência nos diferentes estratos sociais. In C. Hutz (Org.), *Violência e risco na infância e adolescência: pesquisa e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Azevedo, M. A., & Gerra, V. N. (Orgs.). (1994). *Infância e violência doméstica: o que os profissionais querem saber*. São Paulo: Ipusp – Laboratório de Estudos da Criança.

Barbosa, P. Z., & Pegoraro, R. F. (2008). Violência Doméstica e Psicologia Hospitalar: possibilidades de atuação diante da mãe que agride. *Saúde e Sociedade*, 17(3), 77–89.

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barros, A. S. de, & Freitas, M. de F. Q. de. (2015). Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: Consequências e Estratégias de Prevenção com Pais Agressores. *Pensando Famílias*, 19(2), 102–114.

Brasil, M. da S. (2002). *Secretaria de Assistência à Saúde Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil, M. da S. (2013). *Boletim Epidemiológico - Secretaria de Vigilância em Saúde* (Vol. 44).

Brito, A. M. M., Zanetta, D. M. T., Mendonça, R. de C. V., Barison, S. Z. P., & Andrade, V. A. G. (2005). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(1), 143–149.

Castro, A. M. F. M., & Teodoro, M. L. M. (2014). Relações familiares de adolescentes cumprindo medida socioeducativa restritiva de liberdade: uma revisão narrativa de literatura. *Temas em Psicologia*, 22, 01–12.

Cecconello, A. M., Antoni, C. De, & Koller, S. H. (2003). Práticas Educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8(esp), 45–54.

Cesca, T. (2004). O lugar da Psicologia forense na violência intrafamiliar. *Psicologia para a América Latina*, (2).

Cesca, T. B. (2004). O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: Possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, 16(3), 41–46.

Conforto, E. C., Amaral, D. C., & Silva, S. L. da. (2011). *Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos*.

Datafolha, & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). (2019). *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. Recuperado de [https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2019/02/FBSP\\_2018\\_visivel-invisivel-vitimizacao-de-mulheres.pdf](https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2019/02/FBSP_2018_visivel-invisivel-vitimizacao-de-mulheres.pdf)

Del Priori, M. (Org.). (2000). *História das crianças no Brasil*. Contexto.

Diniz, N. M. F., Santos, M. de F. de S., & Lopes, R. L. M. (2007). Representações sociais da família e violência. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 15(6).

Duarte, M. L. (2005). *Prevenção à violência doméstica contra crianças e adolescentes: procedimentos e orientações*. Recife: Rede Tecendo Parcerias.

Faleiros, E., & Faleiros, V. (2007). *Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Ferrari, C. A. D., & Vecina, T. O. (2002). *O fim do silêncio na violência familiar: Teoria e prática* (2º ed). São Paulo: Ágora.

Granjeiro, I. A. C. L., & Costa, L. F. (2008). O estudo psicossocial forense como subsídio para a decisão judicial na situação de abuso sexual. *Teoria e Pesquisa*, 24(2), 161–169.

Habigzang, L. F., Hatzenberger, R., Corte, F. D., Stroher, F., & Koller, S. (2006). Grupoterapia Cognitivo – Comportamental para meninas vítimas de abuso sexual: Descrição de um modelo de intervenção. *Psicologia Clínica*, 43(2), 163–182.

Jaeger, F. P., & Strey, M. N. (2011). Maternidade e violência em situações de opressão. In F. P. Jaeger, C. S. Kruehl, & A. C. Siqueiraa (Orgs.), *Parentalidade e Coparentalidade: os desafios para a Psicologia* (p. 200). Santa Maria: Centro Universitário Franciscano.

Macarini, S. M., & Miranda, K. P. (2018). Atuação da Psicologia no Âmbito da Violência Conjugal em uma Delegacia de Atendimento à Mulher. *Pensando Famílias*, 22(1), 163–178.

Machado, J. C., Rodrigues, V. P., Vilela, A. B. A., Simões, A. V., Moraes, R. L. G. L., & Rocha, E. N. (2014). Violência intrafamiliar e as estratégias de atuação da equipe de Saúde da Família. *Saúde Soc*, 23(3), 828–840.

Miller, D. (1994). Incesto: o centro da escuridão. In E. Imber-Black (Org.), *Os segredos na família e na terapia familiar* (p. 185–199). Artes Médicas.

Minayo, M. C. S. (2001). Violência contra criança e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 1(1), 91–102.

Brasil. (2018). Ministério dos Direitos Humanos. *Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas*.

Pereira, L. M. (2002). Violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes: uma proposta multidisciplinar de atendimento. In Centro Regional aos Maus Tratos na Infância (Org.), *Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor* (p. 15–38). São Paulo: Cortez.

Pesce, R. (2009). Violência familiar e comportamento agressivo e transgressor na infância: uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2).

Pimentel, A. do S. (2013). Pesquisa qualitativa da violência psicológica: um instrumento de análise da linguagem. *Contextos Clínicos*, 6(1), 15–24.

Pimentel, A. do S. G., & Araujo, L. da S. (2009). Hermenêutica gestáltica de uma violência sexual intrafamiliar. *Psicologia em Estudo*, 14(4), 569–667.

Pimentel, A. (2010). Avaliação psicológica na DEAM: um estudo de caso de violência sexual infantil. *Revista Mal-Estar Subjetividade*, 10(2), 585–603.

Pimentel, Adelma, & Araujo, L. da S. (2007). Concepção de criança na pós-modernidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(2), 184–193.

Porto, M. (2008). Intervenção psicológica em abrigo para mulheres em situação de violência: uma experiência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(3), 369–374.

Reichenheim, M. E., Hasselmann, M. H., & Moraes, C. L. (1999). Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para elaboração de propostas de ação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(1), 109–121.

Rosa, E. M., & Lira, M. O. de S. C. E. (2012). Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: rede de apoio e superação. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 22(3), 246–252.

Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11(1), 83–89.

Santos, L. V. dos, & Costa, L. F. (2004). Avaliação da dinâmica conjugal violenta e suas repercussões sobre os filhos. *Psicologia: teoria e prática*, 6(1), 59–72.

Waksman, R. D., & Hirschheimer, M. R. (Orgs.). (2011). *Manual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência*. Recuperado de <http://www.spsp.org.br>

Williams, L. C. de A. (2009). Violência intrafamiliar e intimidação entre colegas no ensino fundamental. *Cadernos de Pesquisa*, 39(138), 995–1018.

#### **Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Jessica Cerezer Arend – 26%

Fernanda Pires Jaeger – 25,5%

Vanessa Trindade Nogueira – 24,5%

Isadora Ribeiro Meine – 24%